

## A agricultura familiar e o desenvolvimento no Brasil

VILMAR DA SILVA\*

### Resumo

Este artigo, construído através de dados secundários, tem como objetivo o de contribuir no debate sobre a agricultura familiar no país, apresentando um referencial de análise que permita entendê-la como uma tática de reprodução social e econômica das famílias rurais e sua contribuição para o desenvolvimento do país, a partir das múltiplas funções desenvolvidas pelos agricultores familiares e o trabalho desenvolvido por eles na agropecuária e nas regiões onde estão inseridos.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; multifuncionalidade; pluriatividade; desenvolvimento.



\* VILMAR DA SILVA é Mestre em Desenvolvimento Regional.



Foto do autor

### Introdução

O Brasil possui uma área significativa ocupada pelo setor agrícola. Apesar desta característica, o Brasil tem vivenciado, nas últimas décadas, um crescimento significativo dos centros urbanos, onde muitos habitantes se encontram em precárias condições de vida, o que pode ter sido fomentado pela busca dos habitantes do meio rural por melhores condições de vida na cidade, ainda que no último decênio este número tenha sido menor.

Como a sobrevivência da população, tanto do meio rural, quanto do meio urbano, depende da produção de alimentos e no Brasil apenas 30% destes são produzidos pela agricultura de grande escala, não há como falar em desenvolvimento sustentável, sem relacioná-lo à agricultura familiar.

Conforme relatam Alves e Marra 2009, o Brasil tem quase 85% da população urbanizada, sendo essa urbanização preponderante até nas cidades de pequeno porte. Nas grandes regiões o índice de urbanização são os seguintes: região Sudeste, 93%; Centro-Oeste, 90%; Sul, 84%; Nordeste, 73%; e Norte, 72%. A partir destes dados os autores apontam:

Portanto, as oportunidades de empregos urbanos e os salários aí vigentes têm forte influência nas decisões dos assalariados rurais, bem como na mão-de-obra familiar. Ainda os mercados urbanos de produtos e insumos têm reflexos profundos nas decisões das famílias rurais. Viver isolado, com regras próprias, no âmbito da família, de remunerar o trabalho familiar, não tem cabimento hoje. (ALVES; MARRA, 2009).

Os dados do Censo Demográfico corroboram as informações de Alves e Marra 2009, quando indicam que o Brasil tem 84,34% da população residindo na área urbana. (IBGE, 2010).

Com base nesses dados preliminares, este artigo tem como objetivo contribuir no debate sobre a agricultura familiar, apresentando um referencial de análise que permita entendê-la como uma tática de reprodução social e econômica das famílias rurais e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

### **Agricultura familiar**

Conforme afirma Wanderley (2001), a categoria Agricultura Familiar não é recente, porém, sua utilização com a significação e abrangência que são atribuídas a ela nos últimos tempos faz como que ela apareça como novidade.

Os trabalhos de Chayanov se destacam entre os estudos clássicos sobre a agricultura familiar. Sua teoria é centrada na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista, sendo a mão-de-obra de caráter familiar é um dos principais fatores que as diferem na organização do processo produtivo.

A autora Wanderley (1999) corrobora com o pensamento de Chayanov quando afirma que o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar compreendida como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e ela mesma assume o trabalho no estabelecimento produtivo, afirmativa esta que também encontra eco em Lamarche (1997), quando este argumenta que a Agricultura Familiar corresponde a uma unidade de produção

agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

Nos parâmetros legais, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar, e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor a 4 módulos fiscais, mão-de-obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Ainda a lei fulcra que também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados.

A ideia de agricultura familiar repousa, tradicionalmente, sobre a identidade entre família e exploração, onde a unidade de produção é um grupo familiar onde os membros são ligados por laços de parentesco biológico ou simbólico. Grupo que se constitui e se renova tendo como base as relações familiares. Assim, a exploração familiar assegura a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão é o objetivo principal das estratégias de reprodução do grupo familiar (LAMARCHE, 1993).

Em suma, a própria família é quem administra a reprodução social de seus membros, sendo que ela ocupa um mesmo espaço e cujos indivíduos estão ligados entre si por meio de um bem comum – a unidade familiar de produção – e ainda laços de parentesco.

### **Agricultura familiar no Brasil**

No Brasil, a grande propriedade foi historicamente o modelo socialmente reconhecido, sendo que as políticas públicas eram direcionadas, na grande maioria para essa categoria. Os estímulos repassados pelo Estado para

esta modalidade de agronegócio contribuíram para sua modernização e reprodução.

Para Lamarche (1997), a agricultura familiar brasileira marcada profundamente pelas origens coloniais da economia e da sociedade, centradas em três pontos: a grande propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

Diante este fato Wanderley discorre:

A agricultura familiar ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, tornando-se um “setor bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (WANDERLEY, p. 38, 1995).

Desta forma a produção da agricultura familiar no Brasil, historicamente não teve um lugar de destaque no cenário agrícola, o que pode ser observado desde a época da colonização, onde o modelo de propriedade agrícola era aquele baseado na grande exploração monocultural de exportação.

Contudo, apesar da falta de incentivos mais expressivos, a agricultura familiar persiste e é um setor de grande importância social e econômica para o país, sendo que os agricultores familiares constituem parcela importante e significativa da população rural.

Kageyama e Bergamasco (1989) constataram, através do Censo Agropecuário de 1980, que existia no Brasil 5.151.155 explorações agrícolas. Dessas, 3.688.418 qualificadas como unidades familiares agrícolas, caracterizadas por serem dirigidas pelo produtor (chefe de família) e utilizarem mão-de-obra familiar. Essas

explorações correspondem a 72% do total de propriedades.

Este fato pode ser ainda observado quando analisados os dados do IBGE com referência aos censos agropecuários de 1995/1996 e de 2006. No Censo Agropecuário 2006 identificou-se 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, que representavam 80,25 milhões de hectares, um índice 84,4% do número e 24,3% da área dos estabelecimentos rurais brasileiros.

Os resultados dos censos demonstram uma estrutura agrária ainda em concentração no país. No Censo Agropecuário 1995/1996, a agricultura familiar ocupava 30,5% da área de plantio, sendo que no mesmo período ocorreu uma sensível evolução na eficiência da agricultura familiar frente à patronal, pois a primeira registra 38,0% de participação do Valor Bruto de Produção Agropecuário (VBPA) em 2006 frente aos 37,9% em 1996. Ou seja, mesmo perdendo 6,2% do total de terras agricultáveis, a agricultura familiar brasileira manteve sua participação no VBPA, o que denota sua capacidade estratégica de se manter ativa na economia rural do país.

Esta capacidade de manutenção da agricultura familiar no Brasil é percebida, ainda, nos números da produção, onde tendo a posse de somente 24,3% das terras produtivas, a agricultura familiar brasileira tem uma participação de: 87% da produção de mandioca; 70% do feijão; 46% do milho (fonte de alimentação animal); 38% do café; 34% do arroz; 58% do leite de vaca; 67% do leite de cabra; 59% da carne suína; 50% da carne de aves e, 30% da carne bovina. (IBGE, 2006).

Outro dado que remete à importância estratégica da categoria diz respeito à sua participação na geração de empregos no campo, onde os dados do Censo Agropecuário apontaram que entre os 16,5 milhões de pessoas empregadas, a agricultura familiar encampa 12,3 milhões (74,4%), com média de 2,6 pessoas com mais de 14 anos por estabelecimento rural. (IBGE, 2006).

Os dados oficiais corroboram as afirmações de Wanderley quando ela discorre que apesar de a agricultura brasileira sofrer um profundo processo de transformação ao longo dos anos, a

agricultura familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, mesmo enfrentando fortes restrições ao seu funcionamento, tal como o acesso a terra, ou ainda, a fragilidade do acesso a recursos financeiros além do modelo de modernização conservadora a que foi submetida. (WANDERLEY, 1995).

Assim, a agricultura familiar apresenta características marcantes com referência ao seu modo de vida, de produção e reprodução, que podem ser vislumbradas na multifuncionalidade e na pluriatividade desta categoria, conforme será visto no decorrer do texto.



Foto do autor

### **A multifuncionalidade da agricultura familiar**

De acordo com Maluf (2002), a percepção de multifuncionalidade da agricultura concebida como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, possibilita a análise da interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica

de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos.

Esta noção de multifuncionalidade incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a

segurança alimentar e o patrimônio cultural (Maluf, 2002).

Já no ponto de vista de Graziano (1999), muitas das atividades hoje consideradas como novas dentro do meio rural, são na verdade atividades antigas utilizadas pela família rural, que antes não tinham um caráter econômico, e hoje se tornaram economicamente importantes. Atividades como a piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, fabricação de conservas, pesque-pagues, entre outras, acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural.

Ainda, segundo o autor, o meio rural brasileiro possui novas funções e por isso não pode mais ser visto apenas por suas atividades agropecuárias e agroindustriais. (GRAZIANO, 1999)

As pesquisas realizadas por Maluf na área relatam algumas particularidades que afetam o desempenho das múltiplas “funções” atribuídas à agricultura, desde a ótica das dinâmicas de reprodução dessas famílias.

Essas dinâmicas são “localizadas” no sentido de estarem inseridas em determinados territórios, ao mesmo tempo em que contribuem para a sua configuração. A incorporação da dimensão do território demanda investigar, adicionalmente, a percepção sobre as referidas “funções” e a correspondente atuação dos atores e redes sociais relevantes na construção social dos respectivos territórios. Finalmente, tem-se a análise das políticas públicas, objetivando verificar em que medida elas reconhecem e conferem legitimidade à multifuncionalidade da agricultura familiar. (MALUF, 2002).

As múltiplas funções da agricultura familiar vão além da produção alimentar para a manutenção da própria família e da sociedade que a cerca. Apesar desta constatação não ser nova, esta característica impõe desafios específicos para a correlação entre a atividade agrícola e a promoção das demais funções da agricultura que se pretende valorizar.

### **A pluriatividade da agricultura familiar**

As mudanças da sociedade brasileira no decorrer dos anos colocam em pauta novos desafios para os estudiosos das relações sociais no campo, trazendo novos conceitos sobre os termos que surgem, tais como o da pluriatividade ou da agricultura em tempo parcial.

Apesar de ser pouco conhecida no Brasil, a pluriatividade ou agricultura em tempo parcial são bem conhecidas nos chamados países desenvolvidos, especialmente na Europa. De acordo com Schneider (1999), existem relatos de que a denominação *part-time farming* foi utilizada de forma pioneira na década de 30 por economistas americanos. O mesmo ocorreu com a palavra *pluriactivité*, usada nos anos 60 pelos teóricos franceses para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas.

A pluriatividade, partir dos anos 60, a passou a ser foco dos estudos de sociólogos rurais na França. Num primeiro momento não ela foi bem aceita: a argumentação era de que as rendas obtidas fora da propriedade satisfariam as necessidades do produtor que então substituiria a atividade agrícola como principal fonte de renda pelas obtidas fora da propriedade, o que poderia acarretar na perda de identidade

do agricultor. Contudo, anos depois, se percebe que a pluriatividade não era um fator de exclusão do agricultor da atividade agrícola, mas sim uma alternativa que passaria a garantir a sua reprodução social e econômica.

Para Wanderley (2001), a pluriatividade, neste sentido, não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura e do meio rural. Cada vez mais a pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar. Surge aí a hipótese de que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas, que, pluriativas ou não, são detentoras de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural.

A discussão sobre a pluriatividade no Brasil começa a ganhar espaço, dentro de uma linha de pesquisa sistemática e de âmbito nacional, apenas no início dos anos 90. (BASALDI, 2000).

Foi nessa década que a pluriatividade foi estudada considerando-se o papel de complementação na renda da família como uma forma de estratégia de reprodução social num contexto marcado pela integração dos mercados rurais e urbanos através das modernas estratégias de expansão industrial e das novas relações de trabalho (TEIXEIRA, 1998).

Neste sentido, Wanderley (1999) considera que o trabalho extra-agrícola na maioria dos casos torna-se uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida nesse tipo de ocupação vem a ser

indispensável para a reprodução tanto da família como do próprio estabelecimento familiar. Assim, o trabalho fora da propriedade possui duas funções sociais, uma que é a de manter a população rural no campo e a outra viabilizar as pequenas unidades de produção que não conseguem responder às demandas do mercado tendo como exclusividade a atividade agropecuária (CARNEIRO, 1998).

Desta forma, a pluriatividade pode ser identificada facilmente em vários municípios, pois além da produção agrícola, várias unidades de produção de agricultores familiares têm seus membros trabalhando fora do próprio estabelecimento fundiário. Isto pode ser observado nas indústrias, no comércio e mesmo em outras unidades de produção que circundam a propriedade da família.

### **Contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento do país**

As características do meio rural no país demonstram ele traz na sua composição um grande número de unidades de produção da agricultura familiar e o desenvolvimento econômico e social desta parcela da população é fundamental para que o país se desenvolva em um todo. O campo no país se apresenta como um espaço de produção agrícola que traduz um modo de vida de dimensões peculiares, devido sua história de formação, de luta pela terra e estratégias de manutenção. Deste meio rural surge uma parcela importantíssima da dinâmica que promove o crescimento das cidades pequenas, da mesma forma que no campo também se repercute os resultados dessa dinâmica de crescimento.

Apesar dos espaços, urbano e rural, serem vistos por muitos como

antagônicos, o primeiro como sinônimo de desenvolvimento e progresso e o segundo como sendo um lugar do atraso, existe uma questão de relação entre estes espaços, que dependem reciprocamente um do outro para seu progresso. Deste antagonismo podem surgir justificativas para a precariedade das condições de vida no campo, tais como a falta de boas estradas, de escolas, de acesso aos serviços de saúde, o que incentiva a migração da população do campo para a cidade em busca destes recursos.

Assim, é preciso uma nova percepção da relação cidade-campo não a partir de uma condição de antagonismo, mas de complementaridade, o que é apontado por Abramovay (1999), e que para atingir essa condição é necessária à criação de políticas territoriais que superem a lógica setorial e considere a relação campo cidade na perspectiva de um *continuum*. “A exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento”. (ABRAMOVAY, 1999).

O desenvolvimento do Brasil está atrelado ao desenvolvimento do rural e para que este seja possível há a necessidade de elaboração de políticas capazes de promovê-lo, bem como a busca da compreensão das classes dominantes acerca da importância da agricultura familiar para o crescimento do país, tanto econômico como social.

Não se pode negar a importância do agronegócio para o país, no tocante à geração de divisas por meio da produção de commodities para a exportação, porém, se deve considerar que a agricultura familiar tem um papel relevante na geração de emprego e

renda, segurança alimentar, preservação ambiental e conseqüentemente no desenvolvimento socioeconômico.

Desta forma, não cabe apenas aos governantes, mas a toda a sociedade buscar a criação e o direcionamento de políticas que enfatizem o agricultor familiar. A produção agropecuária que depende de mão-de-obra mais intensa ou que estão presentes em áreas onde o uso de mecanização não é viável, deve ser percebida como alvo em potencial nos programas de auxílio à produção familiar.

Finalmente se espera com este trabalho contribuir para o entendimento da importância estratégica da agricultura familiar, evidenciando a relevância que a categoria tem no desenvolvimento nacional. A agricultura familiar tem papel fundamental, tanto para a produção de alimentos, quanto para a manutenção do ecossistema onde está inserida, com base na característica da multifuncionalidade que ela é portadora, bem como contribui, com sua pluriatividade, no fornecimento de mão-de-obra para a prestação de serviços, seja no campo ou na cidade, trazendo com estes fatores mais qualidade de vida para a região onde o agricultor familiar está inserido.

#### Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Hucitec/Edunicamp/Anpocs - São Paulo, Campinas – 2ª Edição, 1999.

ALVES, E.; MARRA, R. **A persistente migração rural-urbana**. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 18, n. 4, p. 5-17, 2009.

BASALDI, O. V. **Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2000. (Dissertação, Mestrado).

- BANCO MUNDIAL / FAO. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008 – Agricultura para o desenvolvimento**. Banco Mundial: Washington. DC, 2008.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. In.: SOUZA, V. F. **Agricultura familiar: permanência e/ou Resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. Campinas, 2002. Dissertação de Mestrado.
- CARNEIRO, M.J. e Maluf, R. (orgs). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro (RJ): MUAD, 2003.
- ENGELS, F. **O Problema Camponês na França e na Alemanha**. In: A Questão Agrária. Silva, J.G. e Stoleke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.
- GRAZIANO, J. S. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.
- IBGE. **Censo 2000**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>- Acesso em 12 dez. 2011.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> - Acesso em 12 dez. 2011.
- IBGE. **Censo 2010**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>- Acesso em 12 dez. 2011.
- IBGE. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2007> - Acesso em 12 dez. 2011.
- INCRA/FAO. **Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO - novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, fev. 2000.
- KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. **A estrutura da produção no campo em 1980**. Revista Perspectiva, São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/90.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. In RAMOS, C. E. P. **Limites, desafios e possibilidades do curso técnico subsequente da área agropecuária na perspectivas do desenvolvimento rural sustentável no Sudoeste do Paraná – Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná**156 f. Curitiba, 2008.
- MALUF, R. S. **“O Enfoque da Multifuncionalidade da Agricultura: Aspectos Analíticos e Questões de Pesquisa”**. IN: Inovação nas tradições da agricultura familiar. Lima, Dalmo M. de Albuquerque e Wilkinson, John (org.) Brasília: 2002.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999b. Tese de Doutorado.
- TEIXEIRA, V. **Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. In.: MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. A., **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006. Disponível em: [http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_18-19/Cap-5-Glaucio\\_Marafon\\_Miguel\\_Angelo.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-5-Glaucio_Marafon_Miguel_Angelo.pdf). Acesso em 10 dez 2012.
- WANDERLEY, M. de N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em Construção**. Reforma Agrária, Campinas, n.2 e 3, v.25, maio/dez. 1995.
- \_\_\_\_\_, M. de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- \_\_\_\_\_, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. In: \_\_\_\_\_ **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. TEDESCO, J. Carlos (Org). 3 ed. Passo Fundo:UPF, 2001.

Recebido em 2013-02-18

Publicado em 2013-07-06